

Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero

CARTILHA RÁPIDA: 7 PASSOS PRÁTICOS



TRT-16^a REGIÃO
Maranhão



Conceito Chave

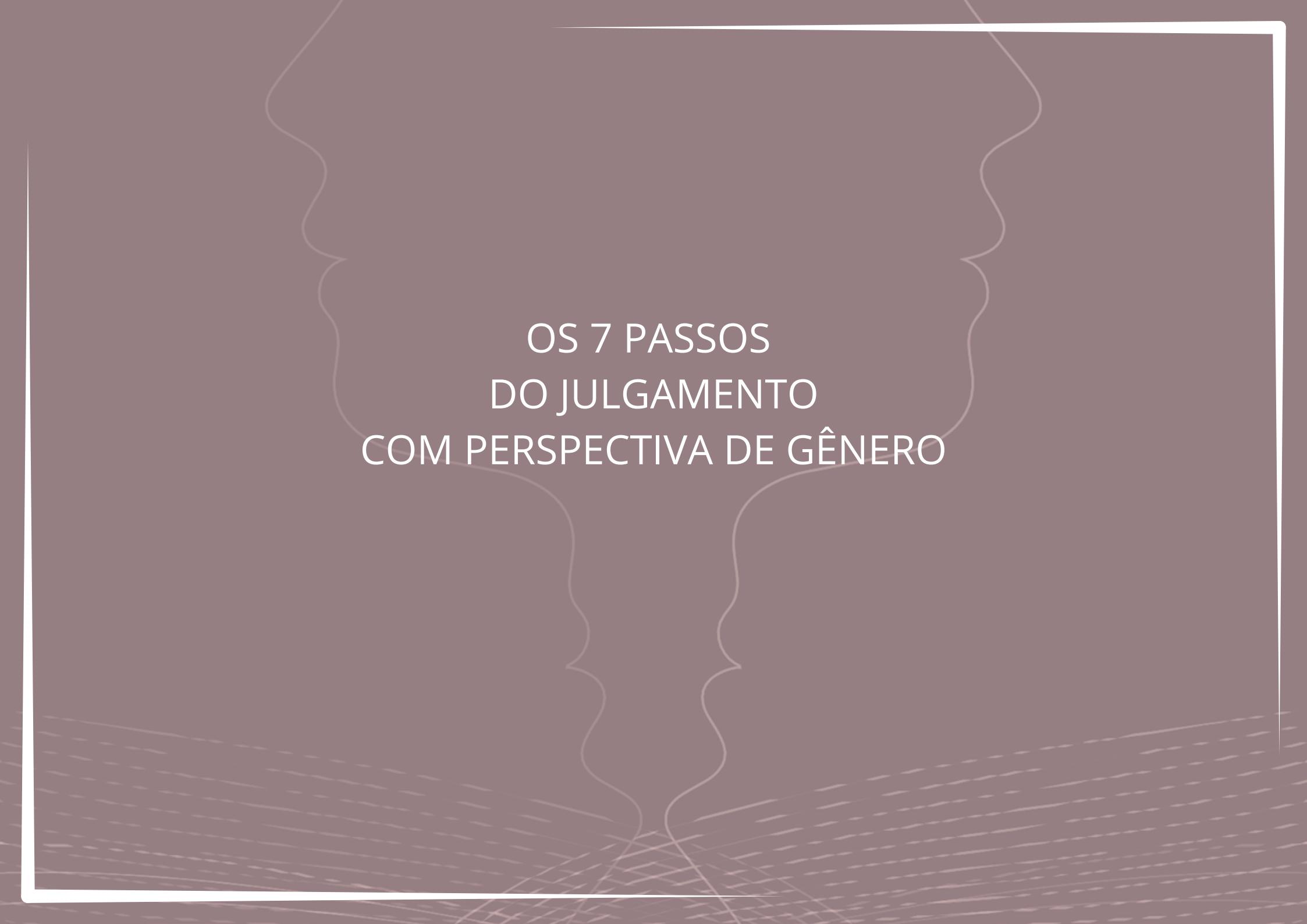
O que é?

Método de interpretação que reconhece as desigualdades estruturais (gênero, raça, classe).

Por que aplicar?

Para neutralizar hierarquias, combater estereótipos e garantir que a lei não perpetue a discriminação, buscando a igualdade na prática.

Este guia é um resumo conciso do Protocolo CNJ, desenhado para uma aplicação prática e direta, visando a igualdade substantiva na justiça.



OS 7 PASSOS DO JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

1. Contato Inicial (Identificar o Viés)

Foco:

Assimetrias e Contexto

Ação Necessária

Questionar se há desigualdades estruturais, mesmo em casos aparentemente "neutros" (ex.: indenização).

Observar a **interseccionalidade** (raça, classe) no conflito.

2. Aproximação com as Partes (Garantir a Igualdade)

Acessibilidade e dignidade.

Foco:

Ação Necessária

Garantir um **ambiente judicial igualitário**.

Considerar necessidades de **gestantes, lactantes** e pessoas com vulnerabilidade.

Usar **linguagem clara** e direta.

3. Medidas de Proteção (Princípio da Cautela)

Foco:

Risco Imediato.

Ação Necessária

Avaliar **o risco real** e aplicar o **princípio da cautela** para evitar a reiteração da violência.

Considerar fatores como **dependência financeira** ou medo de retaliação.

4. Instrução Processual (Prevenir Violência Institucional)

Foco:

Neutralidade da audiência.

Ação Necessária

Prevenir a revitimização.

Evitar **perguntas estereotipadas** (ex.: sobre "boa maternidade" ou conduta sexual pregressa).

Garantir ambiente seguro.

5. Valoração de Provas (Superar Estereótipos)

Credibilidade da vítima.

Foco:

Ação Necessária

Dar peso elevado à palavra da vítima.

Superar preconceitos (ex.: "mulheres mentem/são vingativas").

Considerar o impacto do **trauma** e a demora na denúncia.

6. Marco Normativo (Ampliar o Olhar Legal)

Ação Necessária

FOCO:

Hierarquia normativa.

Considerar **tratados internacionais** e jurisprudência global.

Aplicar o **controle de convencionalidade** para garantir a primazia dos direitos humanos.

Buscar precedentes focados em gênero.

7. Interpretação e Aplicação (Promover a Equidade)

Foco:

Igualdade substantiva.

Ação Necessária

Usar a **igualdade substantiva** como guia.

Neutralizar leis ou conceitos que reforcem estereótipos.

Identificar e corrigir a **discriminação indireta** (norma neutra com impacto desigual).

